



Inocêncio

Oliveira quer concluir a reforma no dia 31 de maio



Humberto Lucena também pensa em fixar prazo para a reforma

A vitória de Paulo Maluf em São Paulo deu novo rumo à reformulação

A fragmentação é a principal característica da Câmara para Ibsen Pinheiro

Novas alianças regionais podem surgir em 1993, como a de Covas com Erundina

O governador Joaquim Roriz e lideranças regionais criaram o PP



ARQUIVO



ARQUIVO



ARQUIVO



Período será de intensa atividade

Se o Congresso tornou 1992 um ano especialmente ativo — inclusive com o impeachment do Presidente da República — já sabe que não terá grande folga também no decorrer de 1993. O período de convocação extraordinária encerrado formalmente a 10 de fevereiro mostrou uma atividade intensa, com a votação de 57 propostas pela Câmara e 41 pelo Senado, continuando agora pelo ajuste fiscal.

Ainda não está concluída a grande pauta de votações para 1993. Por enquanto, existe apenas uma agenda formal com projetos ditos órfãos, que constam da pauta mas pelos quais ninguém rigorosamente se interessa. O destino desses projetos — que somam 250 apenas na Câmara dos Deputados — será a gaveta, mas mesmo assim eles tecnicamente continuam sob análise.

Desse pautão constam poucos de importância. Um deles, do de-

putado Luís Roberto Ponte, redisciplina os processos de licitação; outro, do senador Mauro Benevides, define a fiscalização dos cartórios. Na prática, porém, ainda não está fixado o calendário das demais votações importantes.

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
- Indisponibilidade de bens das vítimas de sequestro;
- Criação da Secretaria de Controle Interno do Executivo;
- Ouvidoria Geral da República;
- Concessão de serviços públicos;
- Lei orgânica dos partidos políticos.

Nenhum deles, porém, será encarado com tanta pressa quanto o que, ainda por ser enviado pelo Executivo ao Congresso, regulamentará o ajuste fiscal. Sua aprovação é necessária para que se possa efetivamente cobrar o

novo imposto provisório sobre movimentação financeira, popularmente chamado de **imposto sobre cheques**, reequilibrando as finanças públicas.

O que já foi — No período de convocação extraordinária, o Congresso apresentou resultados que os então presidentes das duas Casas, deputado Ibsen Pinheiro e senador Mauro Benevides, consideraram “muito positivo”. É verdade que ficou para depois desse período a votação pelo Senado, em dois turnos, da emenda constitucional sobre o ajuste fiscal. No entanto, uma lista de propostas importantes conseguiu, entre outras, a aprovação:

- Modernização dos portos;
- Reforma agrária, regulamentação;
- Advocacia Geral da União;
- Ministério Público Nacional;
- Reajuste dos servidores;

Vários desses projetos, como o da modernização dos portos e o da Advocacia Geral da União, arrastavam-se havia meses pelas comissões do Congresso. A demora ocorria apesar do empenho do Governo, na época o de Collor, pela sua aprovação. Só mais tarde, com a troca do presidente, sofreram o impulso necessário para que desencalhassem.

É o que deve acontecer agora com a lei de patentes. Cobrada insistente pelas parceiros comerciais do Brasil, em especial pelos Estados Unidos, costuma ser apresentada como indispensável para a efetiva inserção do País nos novos parâmetros da economia internacional. Sob os auspícios do governo Collor preparou-se um texto substitutivo ao que já tramitava e o resultado foi o mesmo de outros projetos: Empacou.

Hoje, Governo e oposição concordam em que é praticamente impossível a votação do projeto como está. Um outro substitutivo está em preparo, por uma comissão interministerial, mas ainda não encontrou uma fórmula definitiva.